

# **A MOEDA INTERNACIONAL E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA A COERÇÃO ECONÔMICA**

## ***THE INTERNATIONAL CURRENCY AND ITS INSTRUMENTALIZATION FOR ECONOMIC COERCION***

**José Paulo Silva Ferreira<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo compreender como a moeda internacional pode ser empregada como ferramenta de coerção econômica. Para tanto, recorreu-se a revisão bibliográfica da literatura de Economia Política Internacional, com coleta de dados por meio de livros, artigos, teses e dissertações, tomando por critério o número de citações. A presente pesquisa é qualitativa de natureza descritiva, e a técnica utilizada foi a de análise de conteúdo. Como resultados foi encontrado que interpretar a moeda como elemento imbricado a fatores políticos e sociais, e não apenas de mercado, embora contraponha a hipótese da neutralidade monetária, possibilita entendê-la como instrumento de coerção. Assim, os países emissores de moedas em níveis superiores da hierarquia monetária internacional, possuem maior capacidade de constringer as outras nações economicamente, aproveitando-se da própria arquitetura assimétrica do sistema monetário internacional.

**Palavras-chave:** Sistema Monetário Internacional; Hierarquia monetária; Coerção econômica; Poder estrutural.

### **ABSTRACT**

This article aims to understand how the international currency can be used as a tool of economic coercion. Therefore, a bibliographic review of the literature on International Political Economy was made, with data collection through books, articles, theses and dissertations, taking as a criterion the number of citations. The nature of the present research is qualitative and descriptive, and the technique used was content analysis. As a result, it was found that interpreting currency as an element intertwined with political and social factors, and not just market factors, although it opposes the hypothesis of monetary neutrality, makes it possible to understand currency as an instrument of coercion. Thus, countries which issue currencies at higher levels of the international monetary hierarchy have a greater capacity to constrain other nations economically, taking advantage of the asymmetric architecture of the international monetary system.

**Keywords:** International Monetary System; Monetary hierarchy; Economic coercion; Structural power.

### **INTRODUÇÃO**

A moeda é a principal ferramenta de representação da riqueza, detendo forte função social, visto que, se as sociedades humanas não a tivessem desenvolvido, o comércio dependeria da duplicidade de desejos, ou seja, a troca de serviços ou mercadorias buscando atender

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (josepaulosilvaferreira@gmail.com).

---

mutuamente as próprias necessidades. Na Antiguidade, apesar do debate econômico estar mais focalizado em questões éticas, tendo como precursor Xenofonte, já havia contribuições quanto a análise dos meios de troca. Algumas destas formulações permanecem atuais, por exemplo, o entendimento de Aristóteles quanto às funções da moeda, sendo meio de troca, unidade de conta e reserva de valor<sup>2</sup> (Oliveira; Gennari, 2009). Embora a moeda seja um dos objetos de estudo basilares das Ciências Econômicas, a interpretação quanto sua origem, natureza e funcionamento não é consensual. Consequentemente, interpretações diversas sobre a natureza da moeda interferem no entendimento do impacto deste elemento na economia e na sociedade (Azevedo, 2020).

No presente artigo teremos um panorama quanto à natureza e implicações da moeda internacional. A ideia aqui não é esgotar o debate, mas de maneira incipiente oferecer ferramental por meio da epistemologia econômica para se analisar as dinâmicas de funcionamento do sistema monetário internacional e sua hierarquização (Metri, 2012). Desta forma, o objeto de pesquisa é a moeda internacional, considerando as implicações de seu uso e a estrutura construída historicamente em que ocorrem as relações monetárias. Como objetivo geral está em aprofundar o entendimento das relações no sistema monetário internacional e, toma-se por questão norteadora, partindo da literatura de Economia Política, como a moeda internacional pode ser empregada como ferramenta de coerção econômica?

O núcleo duro das Relações Internacionais costuma ignorar a influência das questões econômicas em seu campo de estudo (Azevedo, 2020), assim, esse artigo foi construído por meio de um esforço de conciliar referências e perspectivas analíticas comuns tanto da análise dos fenômenos econômicos quanto políticos. Na primeira seção, será apresentado o entendimento da corrente neoclássica quanto a natureza da moeda, pois este ainda é o viés mais influente dentro da teoria econômica, representando assim o *mainstream* (Oliveira; Gennari, 2009; Hunt; Lautzenheiser, 2013; Ingham, 2004). A segunda seção deste artigo expõe a visão cartalista, a qual contraria a perspectiva clássica e posiciona o Estado como

---

<sup>2</sup> Um elemento é tido como meio de troca quando é aceito como forma de pagamento de outros bens e serviços. A função de reserva de valor é a capacidade de determinado objeto preservar o poder de compra com o tempo. Por fim, ser unidade de conta representa a capacidade de precificar os bens ou serviços. Dessa forma, no sentido mais usual, entende-se por moeda o papel-moeda em poder público e os depósitos a vista, que com sua implementação fez que as trocas indiretas substituíssem às diretas. Logo, é possível aferir utilidade à moeda na organização social, sendo mecanismo de facilitação de trocas e de representação do crédito (Oliveira; Gennari, 2009).

ator fundamental para o surgimento da moeda (Knapp, 1905; Martins, 2014). A terceira seção, por meio de um viés funcionalista, traz os conceitos de Benjamin Cohen (2015) quanto moeda internacional e de Susan Strange de poder estrutural (1971; 1998). A quarta seção apresenta o conceito de coerção monetária de Jonathan Kirshner (1995), demonstrando que moedas dominantes, por exemplo o dólar, por disporem de *status* especial no sistema monetário internacional podem ser instrumentalizadas como uma arma econômica. Por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais, buscando elucidar a questão proposta.

### **A MOEDA PARA A ESCOLA NEOCLÁSSICA**

Escola Neoclássica é um termo genérico utilizado para designar uma série de vertentes de pensamento dentro da teoria econômica, as quais surgiram entre o fim do século XIX e início do século XX, no contexto da revolução marginalista. Emprega-se aqui o conceito de neoclassicismo mais comumente veiculado, tomando por base as formulações de Roberson Oliveira e Adilson Gennari (2009), assim como E. K. Hunt e Mark Lautzenheiser (2013). Os autores neoclássicos, como o prefixo “neo” sugere, tiveram pontos de ruptura e continuidade aos postulados de pensadores da Escola Clássica (Oliveira; Gennari, 2009).

São três as principais rupturas dos autores neoclássicos com os clássicos. Primeiro, houve o abandono total da teoria do valor-trabalho. Ela corresponde a uma construção coletiva, comumente associada a Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx (Oliveira; Gennari, 2009). Como pontuado por Smith em *A Riqueza das Nações*, essa teoria defende que o trabalho “é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (Smith, 1977: 50, tradução nossa). No entanto, a teoria como por vezes reconhecido pelos autores clássicos, permitia lacunas explicativas como a do paradoxo da água e do diamante<sup>3</sup>, que foi resolvido posteriormente pelos marginalistas. Em vez do valor da mercadoria ser dado pela quantidade de horas e esforço empreendido em sua produção, o foco passou a ser na utilidade, isto é, o benefício que cada produto traz a seus consumidores (Oliveira; Gennari, 2009).

---

<sup>3</sup> Este paradoxo foi originalmente anunciado por Adam Smith e questiona o porquê de o diamante ser múltiplas vezes mais caro que a água, sendo que a água possui grande valor de uso e pequeno valor de troca, e o diamante o inverso. O conceito de valor de uso se assemelha ao de utilidade, já o de valor troca é a precificação em unidade monetária. Para os clássicos esse problema foi resolvido com a ideia de escassez, já para os marginalistas pela utilidade marginal, em que quanto maior a oferta de um bem a tendência é que menor seja sua utilidade marginal e vice-versa. Assim, apesar da água ter maior valor de uso, a cada unidade se diminui esse valor pela saciedade (Oliveira; Gennari, 2009).

A segunda ruptura corresponde a um debate metodológico das Ciências Econômicas, que resultou na transição da Economia Política para a Teoria Econômica. O terceiro e último ponto foi a mudança de perspectiva analítica, pois enquanto autores clássicos como Smith, Ricardo, Stuart Mill e Marx pensavam as relações econômicas em uma lógica de classes<sup>4</sup>, ou seja, havendo uma nítida divisão entre aqueles que vendem sua mão de obra e os que vivem de lucro, para os neoclássicos deveria se considerar os agentes econômicos, sendo as pessoas e empresas. Parte-se da premissa que os agentes são racionais, buscando sempre melhor qualidade de vida e/ou vantagens comparativas (Oliveira; Gennari, 2009).

Os autores precursores na análise marginal, foram William Jevons, Léon Walras e Carl Menger. O economista Alfred Marshall, por dar ênfase em seus estudos na síntese clássica e marginalista, é tido como um dos principais representantes da Escola Neoclássica. Ele partiu de convicções construídas pela já mencionada primeira geração de marginalistas, essencialmente de Walras. Ele desenvolveu o modelo de análise do equilíbrio parcial, em que o sistema econômico é regido por um mercado de competição perfeita, os preços são interdependentes e o preço de equilíbrio corresponde à intersecção das curvas de oferta e demanda. O modelo de Marshall se tornou a base da microeconomia, e os conceitos por ele formulados, com alguns implementos sofridos durante o século XX, ainda são ensinados nas universidades pelo mundo (Oliveira; Gennari, 2009).

Marshall deslocou a determinação do valor da esfera de produção para a de mercado, afirmando que o custo advinha da utilidade marginal. O que geraria o valor da mercadoria na prática é obter satisfação das necessidades dos indivíduos, assim compreender o consumo leva ao entendimento da precificação. Logo, a teoria determinada pela produção foi sucedida pela determinada pela troca, transitando o paradigma do valor-trabalho para a análise de oferta e demanda através da utilidade marginal decrescente. Ele também criou o conceito de elasticidade (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

Um dos pontos comuns entre clássicos e neoclássicos é a aceitação a Lei de Say, a qual unificou o pensamento liberal, assentado na hipótese de que a oferta gera a demanda e a poupança o investimento. Isso significa que a produção resulta o poder de compra, pois ao

---

<sup>4</sup> As classes sociais, dependendo do ponto de análise, podem ser divididas entre as dos trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra, ou proletariado e burguesia (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

produzir uma mercadoria ou disponibilizar um serviço, existe a pretensão de troca por outro bem ou serviço (Hunt; Lautzenheiser, 2013).

Para os autores clássicos e neoclássicos, existem dois pressupostos comuns quanto à natureza da moeda. O primeiro pressuposto, que tem origem na tradição aristotélica da moeda como uma mercadoria, é o entendimento da moeda como uma *commodity*, escolhida em determinado mercado para facilitar as trocas. Não necessariamente a moeda-mercadoria eleita precisa ter valor intrínseco no mercado, assim, até mesmo um pedaço de papel (cédula) pode ser a *commodity* escolhida (Ingham, 2004). Adam Smith reforçou essa hipótese ao afirmar em *A Riqueza das Nações* que as sociedades antigas dependiam do escambo para realizar o comércio, porém, desejando evitar os inconvenientes desse meio de troca, elegeram um elemento que proovesse liquidez, sendo este a moeda, a qual inicialmente eram metais preciosos (Smith, 1977).

O segundo pressuposto se refere à natureza neutra da moeda frente as variáveis econômicas e sociais. Como uma mercadoria eleita, a moeda não disporia de capacidades de influenciar as decisões relativas à produção e a alocação de fatores de produção. Ela atuaria apenas como um elemento que cumpre uma função social, de meio de troca, mas que não interfere nas dinâmicas econômicas. Essa característica da moeda, em uma sociedade com alto nível de especialização e divisão do trabalho, levaria aos agentes econômicos a trocarem os bens ou serviços que ofertarem por essa *commodity*, buscando assim, utilizá-la para permutar por outros bens posteriormente (Ingham, 2004).

As outras duas funções da moeda, descritas no início desse trabalho, que é ser unidade de conta e reserva de valor, seriam derivadas da função meio de troca. Assumir a capacidade de ser unidade de conta é uma das vantagens da mercadoria eleita como moeda frente ao escambo, permitindo uma padronização nos meios de pagamentos e na precificação. Já a função de reserva de valor, para os clássicos e neoclássicos, é uma consequência natural da estabilização da unidade de conta entre os agentes econômicos, permitindo assim a poupança e o planejamento para o pagamento de obrigações futuras (Ingham, 2004).

David Hume, em seu ensaio *Of Money* (1752), propôs a teoria quantitativa da moeda, a qual é comumente usada como suporte ao segundo pressuposto acima mencionado. Hume

acreditava que a oferta de moeda não teria efeito sobre as demais variáveis econômicas além dos preços, ao menos a longo prazo. Ele admitiu que a curto prazo essa flutuação pode afetar o nível de produção, todavia a longo prazo variam apenas os preços (HUME, 1752). David Ricardo também reforçou esse argumento, ao analisar o aumento da inflação na economia inglesa em tempos de guerra, que seria decorrente de uma política monetária expansiva que tendeu a depreciar o câmbio (Deane, 1978).

Milton Friedman, o qual foi um estatístico e economista neoliberal – há fortes ligações entre o neoliberalismo e a Escola Neoclássica de Economia – incrementou o trabalho de Hume sobre a teoria quantitativa da moeda. Como podemos ver no trecho abaixo, ele também defendia as premissas neoclássicas, concluindo que a oferta nominal de moeda afeta apenas os custos, sendo eles os preços de produtos e a renda por meio de inflação.

[...] em um nível empírico, tornou-se cada vez mais generalizado que as mudanças nos saldos reais desejados (na demanda por moeda) tendem a ocorrer lenta e gradualmente ou a ser o resultado de eventos colocados em curso por mudanças anteriores na oferta, enquanto, em contraste, mudanças substanciais na oferta de saldos nominais podem e frequentemente ocorrem independentemente de quaisquer mudanças na demanda. A conclusão é que mudanças substanciais nos preços ou na renda nominal são quase sempre o resultado de mudanças na oferta nominal de moeda (Friedman, 1970: 95, tradução nossa).

Os economistas Clássicos e Neoclássicos, reconhecem assim a origem da moeda inserida no mercado, tendo o Estado função apenas de emití-la e regularizá-la (Hunt; Lautzenheiser, 2013). Como veremos na seção seguinte é o oposto da teoria cartal da moeda, que vê os meios de pagamento como uma “criatura” do Estado (Martins, 2014: 25). É comum entre os autores Neoclássicos reconhecer apenas as alterações na inflação decorrente da expansão monetária. Essa forma de observar a natureza da moeda não impacta apenas academicamente, mas em termos de política cambial e monetária, pois “não faz sentido manipular a moeda se seus efeitos forem nulos na economia real” (Azevedo, 2020: 24). Se a moeda for realmente um elemento neutro por natureza, este não poderia ser empregado como instrumento de coerção entre as nações (Azevedo 2020). Dessa forma, apesar da corrente neoclássica ser o viés mais influente dentro da teoria econômica, não fornece instrumental para pensar a moeda internacional na proposta deste trabalho.

## A TEORIA CARTAL DA MOEDA

Para a teoria cartal, o surgimento da moeda bem como suas implicações está ligado a fatores políticos. O importante na determinação de um meio de pagamento é sua aceitação por uma autoridade soberana, o Estado, o qual determina se esse meio será aceito ou não no pagamento de tributos. Assim, a origem da moeda não está no próprio mercado, que surge espontaneamente em substituição ao escambo para facilitar as trocas, mas sim no setor público, sendo criada para ser utilizada para denominar o valor de impostos (unidade de conta), bem como o pagamento de dívidas com as instituições públicas (Martins, 2014).

Segundo a perspectiva metalista dos pensadores neoclássicos, o surgimento do mercado antecede a moeda. Dentre as três funções da moeda, ser meio de troca seria então a função principal, já ser unidade de conta e reserva de valor são funções secundárias (BELL, 2001). Os metais preciosos teriam sido adotados primariamente como meio de troca por sua “durabilidade e divisibilidade” (Martins, 2014: 10). Devido a neutralidade da moeda, tida como verdadeira pelos metalistas, a emissão monetária está subordinada apenas às necessidades transacionais do mercado (Martins, 2014).

A teoria cartal da moeda, ou teoria cartalista está relacionada ao livro *The State Theory of Money*, de George Friedrich Knapp (1905). A obra teve influência direta sobre os trabalhos de Keynes (1930), Weber (1921) e Abba Lerner (1947). Porém, apesar da consolidação do conceito com Knapp, já havia vestígios dessa ideia séculos antes com Platão e Adam Smith, mas principalmente por meio da Escola Histórica Alemã no século XIX. Smith pontuou o conceito cartalista ao buscar explicar o porquê de dinheiro sem valor intrínseco continuar a circular, estando ligado a designação do monarca de uma moeda como meio de liquidação de obrigações (BELL, 2001). Para Martins (2014), o poder político e a moeda são elementos indissociáveis:

A teoria cartalista prega que a fim de qualquer “coisa” funcionar como moeda, ela deve ser reconhecida pelo Estado. Nessa relação fundamental entre poder soberano e sistema monetário, a moeda torna-se essencialmente um instrumento político que visa o fortalecimento do poder estatal e a concentração de poder. Esta abordagem teórica procura desvendar como a origem da moeda está imbricada às lutas de poder político e de dominação, inicialmente por meio da tributação no âmbito nacional (Martins, 2014:13).

Deste modo, é por meio da aceitação estatal que se delimita o sistema monetário. Mais do que emitir a moeda, seja ela metálica ou em cédula, a autoridade central possui capacidade de definir se a moeda será aceita em seus guichês. Visualizar a natureza da moeda como unidade de conta sobreposta a função de meio de troca é fundamental para a perspectiva cartalista. Para Knapp “não é a emissão [da moeda], mas a aceitação, como chamamos, que será decisiva” (Knapp, 1905: 95, tradução nossa).

David Greaber (2016) relaciona a imposição monetária com a colonização, afirmando que foram aplicados diferentes meios de dominação além do trabalho forçado. A imposição violenta e sem remuneração do trabalho tem dificuldades na sua legitimação. No entanto, a imposição de um meio de pagamento é mais viável, pois, já que a população recebe pelo trabalho é possível cobrar impostos<sup>5</sup>. A exigência do agente soberano pela quitação dos tributos em moeda eleita, também gera a demanda do setor privado por esse meio de pagamento. Assim, nessa perspectiva as moedas dos Estados modernos também seriam cartalistas (Greaber, 2016).

Outras abordagens econômicas convergem com a teoria cartal, somando na percepção da natureza da moeda. Dentre essas abordagens está a Teoria Monetária Moderna (TMM) a qual é uma teoria macroeconômica de inclinação heterodoxa, que toma como plano de fundo a teoria cartalista, sendo considerada por economistas como Warren Mosler (2008) como neocartalismo. Outros autores classificam a TMM como uma teoria pós-keynesiana (Wray, 2015).

Entre as principais proposições da TMM está a de que a política fiscal deve ser um dos principais meios para alcançar o pleno emprego, ou seja, os gastos públicos seriam fundamentais no controle de uma recessão. A forma de financiar as contas públicas, é pela emissão de moeda. A dívida pública jamais é completamente quitada, apenas rolada, pois a moeda é um passivo do Estado, que a utiliza para financiar seus títulos de dívida que também são passivos. Assim, não necessariamente a emissão monetária pressiona a inflação e caso haja a depreciação da moeda, bastaria acionar os estabilizadores automáticos como o aumento de impostos. A TMM também se averte à neutralidade monetária (Wray, 2015).

---

<sup>5</sup> Greaber exemplifica essa coerção monetária, que é cartalista, com a colonização francesa, principalmente com a imposição do franco malgaxes na ilha de Madagascar (Greaber, 2016).

É importante salientar que a imposição de uma moeda pelo Estado gera a própria demanda desse meio de pagamento pelo mercado. As pessoas são coagidas a adquirir a moeda para quitar suas obrigações, evitando assim represálias, que por vezes podem ser violentas por parte do Estado pela inadimplência (Azevedo, 2020). Ao evidenciar esse caráter político e social da moeda, rompendo com o pressuposto da neutralidade monetária, a abordagem cartalista se distancia do metalismo, bem como da abordagem neoclássica (Martins, 2014). A teoria cartal, tal qual suas abordagens adjacentes como a TMM, para a proposta dessa monografia, oferecem fundamentos na compreensão da instrumentalização de moeda dominantes como ferramenta de coerção.

### **MOEDA INTERNACIONAL E PODER ESTRUTURAL**

O economista estadunidense Benjamin Jerry Cohen, ao lado de analistas como Eswar Prasad<sup>6</sup> e Eric Helleiner<sup>7</sup>, é uma das principais referências na compreensão da moeda internacional (Martins, 2014). Para Cohen (2015), a internacionalização da moeda não está relacionada a fatores puramente econômicos, mas sim a questões essencialmente políticas. O autor ressalta que vivemos em um mundo fragmentado do ponto de vista monetário, pois é inexistente na economia global uma moeda puramente internacional. Dessa forma, somos forçados a permutar em âmbito internacional com moedas emitidas por governos nacionais, o que em termos de eficiência faz pouco sentido, mas do ponto de vista político, a emissão de uma moeda global parece ser uma opção inalcançável (Cohen, 2015).

Historicamente, formou-se uma hierarquização entre as moedas nacionais quanto sua aplicação no comércio internacional. As moedas emitidas por governos nacionais também

---

<sup>6</sup> Eswar Prasad entende que a posição de centralidade do dólar no sistema de pagamentos global é o que garante o poder destrutivo das sanções expedidas pelo governo americano. Prasad reitera que essa função do dólar é imbricada a seu nível de internacionalização. O processo de internacionalização da moeda, na taxonomia elaborada por Prasad leva em conta suas funções basilares, sendo elas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Uma moeda no topo da hierarquia monetária tem todas essas três características ressaltadas, em níveis muito além das demais. O petróleo ser precificado em dólar, ressalta a característica da moeda estadunidense de ser unidade de conta. Como outras *commodities* também são precificadas em dólar, bem como se tornou moeda chave do comércio internacional, a moeda estadunidense se apresenta como relevante meio de troca. Por fim, deter o *status* de moeda-reserva lhe garante liquidez nos mercados globais e assim o transforma em importante reserva de valor (Prasad, 2019).

<sup>7</sup> De acordo com Eric Helleiner, a moeda internacional possui dois determinantes na forma com a qual a política pode influenciar na internacionalização. O primeiro é indireto, no qual a política é relevante ao impactar sobre três variáveis: confiança, liquidez e redes transacionais. O segundo é direto, e ocorre quando o processo de internacionalização tem suporte do Estado, mas por razões distintas às três variáveis apresentadas (Helleiner, 2008).

podem ser tidas como moedas internacionais, por meio de um processo conhecido como internacionalização. O grau de internacionalização e liquidez da moeda tem forte impacto em sua colocação na hierarquia monetária. A moeda do topo da pirâmide monetária tende a ser emitida por uma grande potência. Isso ocorreu com a libra esterlina, emitida pela Inglaterra e atualmente com o dólar estadunidense (Cohen, 2015). Cohen ressalta que “a internacionalização da moeda pode ter um impacto considerável na distribuição de capacidades e influência entre os Estados” (Cohen, 2015: 2, tradução nossa).

O caminho histórico natural, de acordo com Cohen, para que uma moeda seja utilizada no comércio internacional pelos Estados – moeda a qual muitas das vezes não é emitida por nenhum dos governos diretamente envolvidos na transação –, é primeiro conquistar a ampla utilização no setor privado. Quando os governos adotam determinada moeda como meio de pagamento, ela se torna moeda reserva, meio de intervenção e âncora para a taxa cambial. Moedas desqualificadas para a função de meio de trocas internacionais são essencialmente ativos que têm dificuldades em performar as três funções básicas da moeda, já mencionadas (Cohen, 2015).

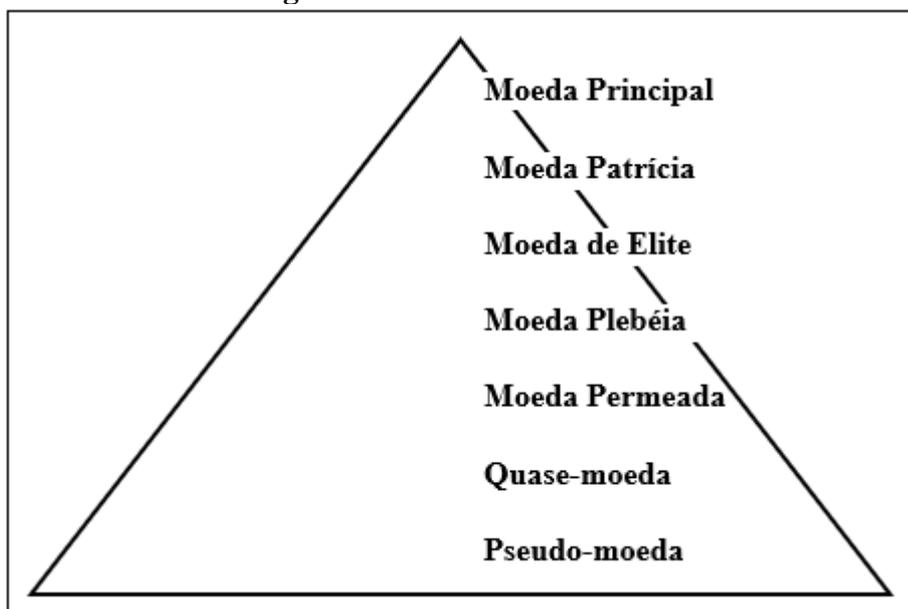
Cohen (2015) destaca três fatores que tornam uma moeda competitiva. Primeiro, deve haver uma difusão generalizada da confiança no valor futuro da moeda, ou seja, cumprir bem a função de reserva de valor. Para isso é preciso taxas baixas e estáveis de inflação. Segundo, deve haver alta liquidez e previsibilidade do valor do ativo, o que indica a ligação da moeda eleita com mercados consolidados e relativamente abertos aos demais agentes econômicos. Terceiro, deve ser uma moeda que provenha de uma ampla rede de trocas, o que significa que a economia do país emissor possui alto grau de integração aos demais mercados internacionais. Ademais, outros fatores como a estabilidade política do Estado emissor e a projeção global de poder, como capacidades militares, também são levados em conta (Cohen, 2015).

Susan Strange, em seu artigo *The politics of international currencies* (1971), traz uma visão consoante a Cohen, ao afirmar que “o elemento político é o componente que falta em muitas discussões atuais sobre questões financeiras e monetárias internacionais” (Strange, 1971: 216, tradução nossa). Ela realizou uma verdadeira taxonomia da moeda, distinguindo a moeda internacional em quatro categorias, sendo estas: moedas neutras, moedas principais,

moedas mestras e moedas negociadas (em inglês respectivamente: *neutral currencies*, *top currencies*, *master currencies* e *negotiated currencies*). As moedas neutras são atrativas para trocas internacionais por fatores estritamente econômicos. Caso o Estado emissor de uma moeda neutra seja uma potência global, na verdade, trataremos da moeda principal. As moedas mestras estão relacionadas a situações de dependência e coerção, como laços coloniais. Já as negociadas foram resultado de barganha diplomática (Strange, 1971).

Baseado na taxonomia de Strange, Cohen elaborou a Pirâmide Monetária. A analogia a uma pirâmide serve para representar graficamente que quanto mais ao topo, menor é o número de moedas, sendo estas as dominantes. As sete categorias, de cima para baixo são: moeda principal, moeda patricia, moeda de elite, moeda plebéia, moeda permeada, quase-moeda e pseudo-moeda. As quatro categorias do topo são referências diretas à classificação criada por Strange (Cohen, 2015). Observe abaixo, na Figura 1, uma representação do modelo criado por Cohen:

**Figura 1.** A Pirâmide Monetária



Fonte: Elaboração própria com base em Cohen (2015: 16).

Apresentaremos em diante cada uma das categorias da Pirâmide Monetária. A moeda principal é aquela empregada como língua franca das relações econômicas internacionais, sendo que na Idade Contemporânea apenas duas moedas assumiram esse papel, a libra esterlina da Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial e o dólar norte-americano após a Segunda Guerra, mantendo sua posição até os dias atuais (Cohen, 2015). Uma moeda

patrícia é aquela utilizada em uma multiplicidade de operações transfronteiriças, mas que está longe de se tornar a moeda dominante, como o euro. A primeira categoria de Cohen leva o mesmo nome na classificação de Strange e o dólar seria um exemplo, já a segunda equivale às moedas neutras e podemos tomar como exemplo o euro (Cohen, 2015).

As moedas de elite são moedas com algum potencial de internacionalização, mas que tem o uso contido majoritariamente à sua zona de emissão, por exemplo, a libra britânica atual e o dólar canadense. Essa categoria também está incluída na classificação de Strange de moedas neutras. Já as moedas plebeias são emitidas por pequenos Estados industriais como a Noruega, mercados emergentes de renda média como a Coreia do Sul e países ricos exportadores de petróleo, como a Arábia Saudita. São moedas que possuem certo grau de significância, mas se posicionam em níveis mais marginais da Pirâmide Monetária (Cohen, 2015).

As moedas permeadas apresentam problemas de reserva de valor, de modo que sua competitividade é ameaçada até mesmo no território do país emissor. Em Estados que a moeda nacional é permeada, há a tendência de a população buscar realizar os pagamentos em moedas estrangeiras mais estáveis. Essa categoria monetária ocorre mais comumente na América Latina e Sudeste Asiático.

Por fim, as quase-moedas estão em um grau mais profundo de deterioração, apresentando problemas para exercer funções de reserva de valor, unidade de conta e meio de troca. Por fim, as pseudo-moedas, existem apenas legalmente, mas não são empregadas pela própria população como meio de troca, já tendo sido amplamente substituída por alguma moeda estrangeira (Cohen, 2015).

Como visto, “o processo de internacionalização produz uma distinta hierarquia entre as moedas” (Cohen, 2015: 27, tradução nossa). Para os países emissores de moedas com alto grau de internacionalização, não há apenas vantagens, mas também custos<sup>8</sup> (Cohen, 2015). Atualmente o dólar estadunidense é a moeda do topo da pirâmide, porém, as posições nesse

---

<sup>8</sup> Uma exemplificação dos custos é dada por Jared Bernstein, o qual foi Economista-chefe e consultor de política econômica de Biden, quando este ainda era vice-presidente, ao afirmar que a demanda estrangeira pelo dólar gera desemprego nos Estados Unidos devido à apreciação do câmbio (Bernstein, 2014).

modelo não são estáticas, sendo preciso que os Estados Unidos sejam capazes de preservar determinados elementos domésticos e em âmbito internacional para que garantam o *status* especial do dólar no sistema monetário internacional (Azevedo, 2020).

No livro *States and Markets* (1998), Susan Strange (1998) discorre quanto aos conceitos de poder relacional e poder estrutural. Assim como Cohen e como será apresentado na seção seguinte à Kirshner (1995), Strange(1998) se averte à visão dos economistas clássicos e neoclássicos quanto a neutralidade da moeda, pois esse pressuposto inviabilizaria pensar a moeda como ferramenta de projeção de poder. Para Strange (1998), não se pode pensar no mercado como dissociado aos campos sociais e políticos, já que haveria uma relação entre autoridade política e iniciativas privadas (Strange, 1998).

As duas classificações básicas do poder, segundo Strange (1998), são a sua manifestação na forma direta e na indireta. A primeira corresponde ao poder relacional, que tem significado consonante ao de poder na teoria realista<sup>9</sup> das Relações Internacionais, ou seja, o poder é instrumento de coerção no Sistema Internacional em que os Estados buscam maximizar suas vantagens às expensas dos demais países em uma lógica de escolha racional e de jogo de soma zero. A segunda é o poder estrutural, que significa a capacidade de determinado Estado moldar a estrutura global econômica. Esse conceito parte do pressuposto da superposição entre mercado e poder político (Strange, 1998).

Dessa forma, entre os dois conceitos acima apresentados, o que melhor pode explicar o funcionamento de moedas dominantes no Sistema Financeiro Internacional é o de poder estrutural (Azevedo, 2020), pois não significa apenas definir as regras do jogo, mas criar uma estrutura autônoma que é naturalmente benéfica ao agente que exerce essa forma de poder. Tal dinâmica funcionaria dentro do que Strange (1998) chama de tetraedro do poder estrutural, em que o Estado, objetivando exercer domínio sobre as estruturas econômicas internacionais, buscaria o controle sobre a segurança, finanças, produção e conhecimento

---

<sup>9</sup> O realismo político ou teoria realista das Relações Internacionais, foi possivelmente uma das primeiras tentativas de buscar explicar o comportamento dos Estados como uma ciência. As formulações teóricas iniciaram no Entre Guerras, buscando livrar a humanidade dos males da guerra. Os realistas tomavam como premissas o empirismo e racionalismo, além de buscarem analisar o mundo como ele é e não como deveria ser, ou seja, desvinculado de princípios morais. Para os realistas, os Estados estariam em competição constante, buscando a autopreservação e atender o interesse nacional, assim, poder seria definido em termos bélicos e na capacidade de alterar o comportamento dos demais agentes por coerção (Jackson; Sorensen, 2007).

(Strange, 1998). Assim, relacionando ao conceito da Pirâmide Monetária de Cohen (2015), as grandes potências buscarão moldar as estruturas para a preservação de um *status quo* na hierarquia monetária (Strange, 1998). Portanto, é importante identificar de que formas se daria essa coerção. Logo, a seção a seguir busca fundamentar o debate com base no conceito de coerção monetária de Kirshner (1995).

### **A COERÇÃO MONETÁRIA PARA JONATHAN KIRSHNER**

Coerção, em termos gerais, significa o ato de constranger um agente, buscando mudança de comportamento específico que contrarie interesses do emissor (Drezner, 2003). Consiste numa ferramenta para ajustamento relativo entre os agentes em que existem objetivos discrepantes, mas que o resultado se alinhará aos interesses do Estado mais poderoso (Strange, 1998). Já coerção econômica representa a “ameaça ou ato de um governo ou governos remetentes para interromper o intercâmbio econômico com o Estado alvo, a menos que o alvo conceda a uma demanda articulada” (Drezner, 2003: 643, tradução nossa). Como demonstrado na seção anterior, essas ações não se dão num vácuo, mas em uma estrutural hierárquica historicamente construída.

Jonathan Kirshner, em seu livro *Currency and Coercion: The Political Economy of International Monetary Power* (1995), ressalta como os Estados podem estar utilizando as relações monetárias internacionais como instrumento de poder coercitivo. O autor buscou explicar a viabilidade e o potencial do poder monetário, além de trazer estudos de caso de momentos históricos em que houve o emprego da coerção monetária nas relações internacionais. Os casos foram analisados numa perspectiva de contraposição dos Estados perpetradores e os Estados vítimas, ou seja, os alvos da pressão econômica (Kirshner, 1995).

Para classificar os eventos históricos, Kirshner (1995) criou três categorias, sendo elas: i) manipulação monetária; ii) dependência monetária; e iii) disrupção sistêmica (Kirshner, 1995). A primeira categoria consiste no Estado perpetrador atacar diretamente a moeda e a economia do Estado vítima, tendo por objetivo desestabilizar sua economia. Um exemplo dessa forma de coerção é afetar a taxa de câmbio da moeda do país-alvo (Kirshner, 1995).

Existem, para Kirshner (1995), quatro estratégias da manipulação monetária. Duas dessas são positivas, sendo elas: protetora e permissiva. Já as outras duas são estratégias negativas, sendo: predatórias e passivas. Dentro da esfera positiva, as ações protetoras são quando uma potência utiliza seu poder econômico para proteger a moeda de determinado país-alvo. A intenção da potência em promover essa estabilidade está em minar a estratégia de um terceiro Estado que se beneficiaria com o fracasso econômico do país-alvo. A segunda estratégia positiva é a permissiva, que ocorre quando o Estado emissor deixa de tomar determinadas ações que seriam benéficas a si, para proteger a economia do Estado vítima, aproveitando-se de uma relação econômica assimétrica. Assim, em ambas as formas, a coerção se dá por vias indiretas (Kirshner, 1995).

As duas estratégias de coerção, como dito, na esfera negativa são a predatória e a passiva. A predatória, a qual é a estratégia oposta a protetora, consiste em minar diretamente a posição da moeda do país-alvo na hierarquia monetária internacional. Já a passiva, que é a manobra coercitiva oposta à permissiva, corresponde à retirada de proteção da moeda do país emissor, aproveitando-se da posição privilegiada como potência na hierarquia monetária.

A dependência monetária é a segunda grande categoria coercitiva elaborada por Kirshner (1995). Nessa classe, o Estado perpetrador está integrado a países com menor poder econômico por meio de zonas ou blocos monetários. Porém, as assimetrias entre o Estado central e os demais permite que este promova sua moeda nacional como principal meio de troca e ativo significativo nas reservas internacionais dos demais países (Kirshner, 1995)<sup>10</sup>.

A terceira e última forma de coerção monetária para Kirshner (1995) é a disrupção sistêmica, ou seja, a coerção pela ruptura do sistema. Consiste no Estado perpetrador obter vantagens ao promover a ruptura do *status quo* em um sistema monetário. O Estado principal de um sistema monetário pode ser tanto seu eixo angular, o estabilizando, ou caso seja de seu interesse, pode também promover a ruptura. A nova estrutura que emergir pode preservar a posição do Estado perpetrador como emissor da moeda principal, mas proporcionar uma

---

<sup>10</sup> Um exemplo histórico de coerção por dependência monetária foi a política monetária do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial, que ao combinar o papel de moeda reserva da libra esterlina com o forte controle cambial dos saldos em libra, alcançaram senhoriação econômica, isto é, lucro do governo derivado da emissão de moeda (Kirshner, 1995).

posição ainda mais vantajosa na hierarquia monetária, aumentando a distância de si aos demais países em termos de poder relativo (Kirshner, 1995).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender o uso da moeda internacional como ferramenta de coerção econômica, conforme o objetivo geral, percebe-se que ao longo do artigo, que apesar de haver correntes de pensamento dominantes ou mais amplamente divulgadas, o entendimento quanto à origem, natureza e funcionamento da moeda não é consensual nas Ciências Econômicas. Enquanto para os neoclássicos, o fator político e o mercado são dissociados para explicar a moeda, existem vertentes mais comumente associadas à literatura da Ciência Política que contestam o *mainstream* quanto o entendimento das relações monetárias, a exemplo a teoria cartal. As contribuições de Cohen, Helleiner, Prasad, Strange e Kirshner, são complementares e possuem muitos pontos de convergência, como a oposição à hipótese da neutralidade monetária, tida como verdadeira para os neoclássicos. As vertentes econômicas dissidentes à neutralidade da moeda oferecem maior instrumental para entendê-la como ferramenta de coerção.

Seja de acordo com a taxonomia da moeda de Susan Strange (1971) ou a Pirâmide Monetária de Benjamin Cohen (2015), é evidente a existência de uma hierarquização do sistema monetário internacional, que se dá no momento em torno do dólar americano (METRI, 2004). Kirshner (1995) fornece referencial teórico para tratarmos da coerção monetária. Apesar de que o mundo por ele analisado era muito diferente do atual, pois não previu que o país emissor da moeda principal poderia utilizar do setor privado para interromper os canais monetários dos Estados-alvo (Azevedo, 2020: 61). Ainda assim, as categorias de Kirshner, atreladas ao conceito de poder estrutural de Strange (1998), podem fundamentar como as grandes potências utilizam armas econômicas para coagir os Estados-alvo. Estudos futuros podem buscar analisar esses achados por meio de bancos de dados de sanções ou por meio de uma abordagem historiográfica.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. 2020. Sanções financeiras: Um estudo de caso sobre o uso da arma monetária sobre o Irã. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 128.
- BELL, S. 2001. “The role of the state and the hierarchy of money”. *Cambridge Journal of Economics*, 25, pp.149-163.
- BERNSTEIN, J. 2014. Dethrone ‘King Dollar’. *The New York Times*, 28 ago. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/08/28/opinion/dethrone-king-dollar.html>. Acesso em: 18 set. 2021.
- COHEN, B. 2015. *Currency Power*. Princeton: Princeton University Press.
- DEANE, P. 1978. *The evolution of economic ideas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DREZNER, D. W. 2003. “The hidden hand of economic coercion”. *International Organization*, v. 57, n. 3, pp. 643-659.
- FRIEDMAN, M. 1970. “A theoretical framework for monetary analysis”. *The Journal of Political Economy*, v. 78, n. 2, pp. 193-238.
- GREABER, D. 2016. *Dívida - Os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas.
- HELLEINER, E. 2008. “Political determinants of international currencies: What future for the US dollar?”. *Review of International Political Economy*, v. 15, n. 3, pp. 354-378.
- HUME, D. 1752. *Of Money*. Oxford: Oxford University.
- HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. 2013. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Tradução de André Arruda Villela. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- INGHAM, G. 2004. *The Nature of Money*. Cambridge: Policy Press.
- JACKSON, R.; SORENSEN, G. 2007. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KIRSHNER, J. 1995. *Currency and Coercion*. New Jersey: Princeton University Press.
- KNAPP, G. F. 1905. *The State Theory of Money*. Londres: Macmilian & Company Limited.
- MARTINS, A. R. A. 2014. *Moeda, Estado e Poder: limites dos Direitos Especiais de Saque enquanto alternativa ao dólar como moeda-chave*. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

METRI, M. M. 2012. “Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central”. *Ensaio FEE, Online*, v. 33, n. 2, pp. 397-422, nov. 2012.

METRI, M. M. 2004. “O poder financeiro dos Estados Unidos no padrão monetário dólar-flexível”. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 9, Uberlândia. Anais do Encontro IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia: UFU, 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/32366629/O\\_Poder\\_Financeiro\\_dos\\_Estados\\_Unidos\\_no\\_Padr%C3%A3o\\_Monet%C3%A1rio\\_D%C3%B3lar-Flex%C3%ADvel](https://www.academia.edu/32366629/O_Poder_Financeiro_dos_Estados_Unidos_no_Padr%C3%A3o_Monet%C3%A1rio_D%C3%B3lar-Flex%C3%ADvel). Acesso em: 30 set. 2021.

MOSLER, W. 2008. *Soft currency economics. Epic: A Coalition of Economic Policy Institutions*, 23 maio 2008. Disponível em: <http://moslereconomics.com/wp-content/uploads/2019/10/35432615-Soft-Currency-Economics.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.

OLIVERIA, R.; GENNARI, A. 2009. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Editora Saraiva.

PRASAD, E. 2019. “Has the dollar lost ground as the dominant international currency?”. *Global Economy and Development at Brookings*, set. 2019. Disponível em: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/DollarInGlobalFinance.final\\_9.20.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/DollarInGlobalFinance.final_9.20.pdf). Acesso em: 02 nov. 2021.

SMITH, A. 1977. *The Wealth of Nations: Vol. I*. Chicago: University of Chicago Press.

STRANGE, S. 1998. *States and markets*. Londres: Continuum.

STRANGE, S. 1971. “The politics of international currencies”. *World Politics*, Princeton, v. 23, n. 2, pp. 215-231.

WRAY, R. 2015. *Modern money theory: A primer on macroeconomics for sovereign monetary systems*. 2ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.